



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

ESTADO E CONFLITOS AGRÁRIOS NA AMAZÔNIA: A LUTA DAS MULHERES PELA/NA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

Kezia Vieira de Sousa¹ - Unifesspa
Maurílio de Abreu Monteiro² - Unifesspa

Agência Financiadora: CAPES/PROFIT

Área de Conhecimento: Sociologia Rural

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de Iniciação Científica “Estado e conflitos agrários na Amazônia: a luta das Mulheres pela/na terra no Sudeste do Pará” foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa, multidisciplinar, intitulado “Desenvolvimento de competências e formação de Recursos Humanos em recuperação de áreas degradadas em Projetos de Assentamento em áreas degradadas”, financiado pela Capes.

A pesquisa demonstra a trajetória de lutas de líderes camponesas na região Sudeste do estado do Pará, no contexto dos conflitos agrários na Amazônia, realizando a contextualização de lutas pela posse da terra, demonstrando a atuação do Estado Brasileiro na Amazônia frente ao processo de geração de conflitos pela/na luta pela terra, em especial, a partir da instauração do regime militar no Brasil. Adotou-se como método a técnica da história oral, que compreende a utilização de narrativas orais de mulheres consideradas liderança camponesas nessa região de estudo. Foram utilizadas categorias econômicas, sociológicas, históricas e políticas buscando compreender a lógica da agricultura camponesa na região de Marabá, percebendo as desigualdades, sobretudo, a situação que leva a pensar o trabalho na área rural, em especial, o trabalho das mulheres.

Ainda que incipientes, há trabalhos que tratam das experiências do campo, especialmente no contexto da luta posseira que se desenvolveu, predominantemente, nas décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, a ocupação da terra é realizada predominantemente pelos homens, mas as mulheres assumem uma polivalência de tarefas na reprodução da família e no enfrentamento dos conflitos decorrentes da luta pela terra (BEZERRA, 2008; PEREIRA, 2012). Além da escassez de produção científico-acadêmica sobre as mulheres no período referido, ocorre praticamente uma ausência de trabalhos que tratem de sua participação e pontos de vistas (PEREIRA, 2012). Desde meados da década de 1990, as lutas pela terra no sudeste do Pará têm se transformado, especialmente pela presença e ressignificação de práticas político-pedagógicas do Movimento dos Sem Terra e da interlocução com a política de reforma agrária do governo federal.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Como recurso metodológico principal, adotou-se a metodologia da história oral e leituras bibliográficas. As leituras bibliográficas nortearam a primeira fase do projeto, subsidiando as técnicas de pesquisa da história oral, que consistiu na realização de entrevistas sobre a trajetória de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais da área de estudo. A técnica de produção de fontes, a entrevista temática, iniciando pela trajetória de vida, foi dirigida a partir de entrevistas semiestruturada, previamente elaboradas, que foram gravadas (registro de áudio e/ou áudio-vídeo), transcritas e repassadas para os entrevistados. Desta forma, fez-se necessário refletir conceitualmente sobre a formação da agropecuária e como o campesinato se

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (ICH/Unifesspa). Bolsista do Programa de Iniciação Científica (Pibic/Unifesspa). E-mail: vierakezia@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

manifestam na região de estudo. Quanto à dimensão espacial, a escolha da região de Marabá, para a realização desta pesquisa deveu-se ao expressivo desempenho das mulheres camponesas na dinâmica do agrário na região de sudeste do Pará, se constituindo em lideranças nos movimentos sociais do campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política do Estado brasileiro no período dos governos militares apresentava uma grande preocupação com a defesa do território nacional. A constatação de que a Amazônia se constituía como uma vasta região considerada desabitada era um incômodo para os governantes. Com isto, os órgãos de planejamento elaboraram uma política de terras com o slogan: “terras sem homens para homens sem terras”. De acordo com (OLIVEIRA, 1988) o General Médici lança então o programa de integração nacional- PIN (decreto de lei n.º 1.106 de 16/6/70) com o discurso de integração da Amazônia “integrar para não entregar”.

Assim, com o GETAT em funcionamento no sudeste paraense, os conflitos se intensificam, pelo enfrentamento entre trabalhadores rurais apoiados, dentre outros atores, especialmente pela Igreja Católica, que cria a comissão pastoral da terra a CPT “numa imensa região onde a estrutura sindical se revelava bastante frágil e em condições muito precárias para atender, sobretudo, o seguimento mais expressivo do campesinato na fronteira: os posseiros”. (WAGNER, 1991 apud COMISSÃO 1983). Contra empresários apoiados pelo Estado para garantir a posse da terra, com a ajuda dos órgãos de repressão para expulsar os trabalhadores e sindicalistas, “Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo” (WOOD, 2011, p. 35). “[...] a repressão, que é o momento decisivo da natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo da própria dinâmica da reprodução do capitalismo” (MASCARO, 2013, p. 19). “Porque no Pará a riqueza era para uns e para outros não” (DONA JOELMA). Assim, a violência se torna uma constante. Nem as mulheres nem as crianças eram poupadas sendo espancadas, estupradas e mortas, por também enfrentarem jagunços, para lutar na defesa da terra e da família, como evidencia Pereira:

Embora muitos grupos de posseiros tenham sido formados, no primeiro momento das ocupações, só por homens, muitas mulheres estavam lá fazendo parte do confronto armado. Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas. (PEREIRA, 2012, p. 137).

As mulheres estão tomando parte nas lutas, e por muito tempo as mulheres foram impossibilitadas de assumir cargos nas direções do STTRs: “Naquele tempo a mulher era dependente. O marido se associava ao sindicato e a mulher já encostava” (DONA JOELMA). Para os homens, a ação na sociedade é tida como natural e obrigatória, enquanto que, para as mulheres, a ação na sociedade é concebida como sendo imprópria e indesejável, pois, durante séculos ela ficou restringida aos espaços domésticos, e, isto ficou sendo parte da concepção estabelecida sobre a mulher, como aquelas pessoas que deve ficar limitada ao lar. Por isso, a educação sexista não motiva as mulheres à vida pública, por exemplo, para a ocupação de cargos públicos ou de direção de organizações coletivas.

No fim da década de 1980 e início da década seguinte o MST tenta se territorializar na região com uma proposta de lutar pela reforma agrária introduzindo novas estratégias na luta pela terra, como ocupações de grandes latifúndios, acampamentos, muitas vezes na margem das rodovias com manifestações. As estratégias de luta dos trabalhadores, agora aparecem com uma nova conotação, optando pelo enfrentamento com o Estado e não diretamente com os proprietários de terras, mas as ações do Estado mais uma vez favorece o grande latifúndio e o grande empresário, como mostra Pereira.

A partir do ano 2000, o Governo tomou uma série de providências para conter as ocupações de terra em todo o Brasil. A Medida Provisória nº 2.183-56/2001 foi, por exemplo, um dos procedimentos que o Governo Federal encontrou para evitar as ocupações de terra e de prédios públicos. De acordo com essa lei, qualquer imóvel ocupado por trabalhadores rurais não poderia ser vistoriado, avaliado e desapropriado para fins de reforma agrária até dois

Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

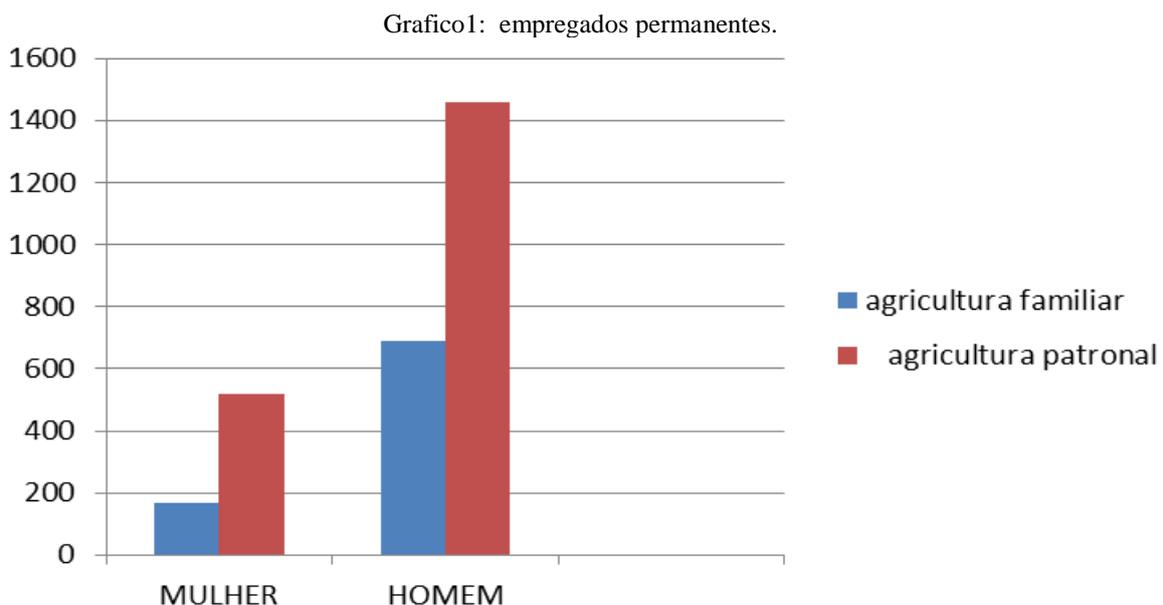
anos seguintes à sua desocupação e o dobro desse prazo caso houvesse reincidência. Ainda de acordo com essa Medida Provisória, as pessoas que participassem dessas ocupações de terra ou de prédios públicos seriam excluídas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal e as organizações identificadas nesses atos estariam excluídas de receber, a qualquer título, recursos públicos (PEREIRA, 2012, p.218).

Em meio ao legado patriarcal muitas sociedades do século XX são marcadas por alterações de valores com novos papéis para a mulher fora do espaço doméstico com lutas, reivindicações e denúncias do movimento feminista, a partir daí nota-se que a mulher ganhou um espaço parcial tanto no mundo do trabalho como no universo político. Segundo Saffioti (2013), seria ilusório imaginar que a mera emancipação econômica da mulher seria suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente.

Essa disparidade entre os sexos também reflete o trabalho da mulher apenas como “ajuda”, que de acordo com Portella, Silva, Ferreira 2004 “o trabalho agrícola das mulheres é “ajuda” por que esta fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas, mas por realizar-se com frequência diária associa-se e quase se confunde com esta”, assim como o trabalho que o homem realiza em casa, fora das suas atribuições produtivas, também é visto como ajuda.

As mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, os idosos e os doentes, mas na prática, são as responsáveis- em geral exclusivas, porém as vezes contando com o apoio de crianças e adolescentes- pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições de igualdade com os homens, das atividades das roças e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva “em si”, mas na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado bovino. (PORTELA, SILVA, FERREIRA, 2004, P.17)

Com levantamento de dados do censo de 1995/6 fica claro também a disparidade entre os sexos masculino e feminino, no que se refere ao quesito trabalho formal:



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

Apesar de o tema em questão possuir grande relevância, percebe-se, ainda, que o debate sobre as trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e suas implicações, na região Sudeste do Pará é um tema razoavelmente pesquisado. A mulher neste espaço é um ser de palavra restrita e reservada a um ambiente de pouca abrangência e de pouca relevância para um mundo de valores díspares na distribuição de destaques para os seres e para as suas vidas individuais e sociais. A sua identidade precisa passar por uma série de modificações e a sua palavra somente surge com a conquista de um espaço de fala de modo que possa ser ouvida e respeitada. Quando ela passa de expectadora dos processos sociais para se tornar mais uma agente social, a sua memória passa a dar maior relevância a aspectos da vida que passavam mais distantes.

A mulher camponesa está envolvida nos processos sociais, passa a ser agente e demonstra mais interesse nos rumos sociais. A sua memória e identidade passam a ser uma construção permanente e situada num processo sem fim. É o que se pretende demonstrar ao longo do desenvolvimento e finalização desta pesquisa. Quando este ambiente vital assume feições conflitivas, as mulheres se encontram inseridas nos espaços de conflito de maneira plena e dramática. Estes conflitos que aparecem na sociedade assumem conotações culturais e políticas, os conflitos despontam como maneiras de manutenção ou de modificação do poder político e das propostas de delimitação de terras para assentamentos e para a reforma agrária.

REFERÊNCIAS.

BEZERRA, Rosemayre lima. **Mulheres posseiras**: uma história de luta silenciada. Trabalho de Conclusão de curso (licenciatura e bacharel em ciências sociais), Pará, Universidade Federal do Pará, 2008.

COSTA, Maria Joel Dias. Entrevista Oral [gravada] realizada por Airton Pereira dos Reis. Centro de Cabanagem, Marabá, 31 out. 2011. 1h47min.

MASCARO, A. Leandro. **Estado e forma política** / Alysson Leandro Mascaro – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: papiros, 1988.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

PORTELA, Ana Paula; SILVA, Carmem; FERREIRA, Simone. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO - Gênero E Cidadania, 2004.

SAFFIOTI, Helieth. **A mulher na sociedade de classes** mito e realidade. São Paulo, Expressão popular, 2013.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WAGNER, Alfredo. **O intransitivo da transição**. O estado e os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In LENA, F.(org) Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 1991.